

vados nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 64.º do Código da Estrada.

Art. 9.º — 1 — O impedimento referido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º da Lei n.º 3/82 implica que da guia de substituição, passada por motivo da apreensão da licença de condução pelas autoridades com competência para fiscalizar o trânsito ou seus agentes e válida pelo tempo julgado necessário para a regularização do assunto e renovável, quando ocorra motivo justificado, conste que só pode ser reiniciada a condução 12 horas após a ocorrência, salvo se, entretanto, do exame requerido pelo condutor se provar a inexistência de qualquer suspeita de influência de álcool.

2 — O referido impedimento implica também a imobilização do veículo, salvo se a sua condução puder ser assegurada, em condições de segurança, por condutor legalmente habilitado para o efeito.

3 — O agente da autoridade que tiver determinado a imobilização do veículo deve providenciar para que o mesmo fique estacionado de acordo com a lei.

4 — Nas auto-estradas, o veículo imobilizado poderá ser arrumado na berma, sendo devidamente sinalizado nos termos que o agente da autoridade indicar.

5 — Todos os prejuízos e despesas derivados da imobilização do veículo são sempre da responsabilidade do influenciado pelo álcool.

6 — Em nenhum caso, porém, o condutor submetido a exame de ar expirado que apresente resultados positivos poderá continuar a conduzir qualquer veículo, ainda que seja para o arrumar convenientemente, enquanto durar o impedimento previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º da Lei n.º 3/82.

7 — O exame a que faz referência o n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 3/82 só pode ser requerido pelo condutor 4 horas após o exame de pesquisa de álcool no ar expirado; se os resultados deste ainda forem positivos, o condutor poderá requerer novos exames, de 2 em 2 horas, até que se verifique a inexistência de qualquer suspeita de influência de álcool.

Art. 10.º — 1 — A reabilitação referida no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 3/82 consegue-se quando o alcoólico habitual provar, em tribunal, que se encontra curado.

2 — As entidades indicadas no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 3/82, para além das conclusões periciais, devem, quando a soma dos períodos de inibição de conduzir perfizer 90 ou mais dias, num período de 2 anos, a contar da data de aplicação de qualquer das sanções previstas no n.º 1 do artigo 7.º da mesma lei, requerer a inibição da faculdade de conduzir aplicável aos alcoólicos habituais.

Art. 11.º São determinados através de portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna, da Justiça, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes:

- a) Os métodos a utilizar para a determinação do doseamento do álcool no sangue;
- b) O modelo de impresso a utilizar no exame directo;
- c) As tabelas dos preços dos exames realizados;

d) Os laboratórios que poderão efectuar a análise do sangue.

Francisco José Pereira Pinto Balsemão — José Ângelo Ferreira Correia — José Manuel Meneres Sampaio Pimentel — Luís Eduardo da Silva Barbosa — José Carlos Pinto Soromenho Viana Baptista.

Promulgado em 9 de Novembro de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Portaria n.º 1091/82

de 19 de Novembro

Tendo em vista o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 3/82, de 29 de Março, e no artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 87/82, de 19 de Novembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Administração Interna, da Justiça, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes, o seguinte:

1.º O doseamento do álcool no sangue deve ser feito pelo método de oxidação electroquímica em célula de combustível, podendo, por despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna, da Justiça, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes, vir a ser adoptados outros métodos.

2.º O exame directo será elaborado nos termos do modelo anexo.

3.º Para efeitos do disposto na alínea c) do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 87/82, por despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes determinar-se-á a forma como a entidade fiscalizadora procederá ao pagamento dos exames e operações inerentes e a distribuição das verbas cobradas pelos diversos intervenientes no processo.

4.º Os laboratórios autorizados a efectuar as análises para determinação da taxa de álcool no sangue ou urina, para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 3/82 e no n.º 3 do artigo 4.º e no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 87/82, são os dos hospitais distritais e alguns dos hospitais centrais.

5.º Numa primeira fase, só estão, no entanto, autorizados a efectuar as referidas análises os laboratórios dos serviços de urgência dos seguintes hospitais:

Hospitais Cíveis de Lisboa (S. José);
Hospital de Santo António, no Porto;
Hospital da Universidade, em Coimbra.
Hospital Distrital de Faro;
Hospital Distrital de Castelo Branco;
Hospital Distrital de Vila Real.

Esta lista será alargada por despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna, da Justiça, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes.

6.º Por despacho dos mesmos ministros, poderão ser autorizados outros laboratórios não referidos no n.º 5.º

7.º Está sujeito à aprovação prévia da Direcção-Geral de Viação e da Direcção-Geral de Saúde, que designará, para o efeito, as entidades laboratoriais competentes e o material utilizado para a colheita dos líquidos

biológicos destinados aos exames e determinação de presença de álcool em tais líquidos.

Ministérios da Administração Interna, da Justiça, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes, 15 de Novembro de 1982. — O Ministro da Administração Interna, *José Ângelo Ferreira Correia*. — O Ministro da Justiça, *José Manuel Meneres Sampaio Pimentel*. — O Ministro dos Assuntos Sociais, *Luís Eduardo da Silva Barbosa*. — O Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, *José Carlos Pinto Soromenho Viana Baptista*.

ANEXO

Modelo de relatório clínico a que se refere o Decreto Regulamentar n.º 87/82

1 — Identificação:

Nome do observado ...
Idade ... Estado ... Natural de ...
Profissão ...
Acidente ocorrido em ... (local da ocorrência).
Hora ... Data ...
Agente da autoridade n.º ... (agente participante).
Exame clínico efectuado em ...
Hora ... Data ...
Foi tirado o sangue para determinar a alcoolemia em ...
Hora ... Data ...

2 — Instruções:

A observação clínica deve ser feita num ambiente calmo e sem a presença de outras pessoas, além do médico e do observado.

O relatório só pode ser valorizado se o observado se encontrar nas seguintes condições:

- Não revelar um estado emocional intenso;
- Do acidente não ter resultado alteração orgânica ou psíquica que perturbe o contacto com o observado;
- Não sofrer de doença neurológica ou mental;
- Não sofrer antes do acidente de qualquer doença orgânica ou psíquica que possa ocasionar alteração de nível da consciência.

No caso de a observação não ser possível, por estas razões ou por qualquer outra, o médico fará a declaração correspondente:

A observação não foi possível porque ...

3 — Aspecto geral:

Apresentação ...
Facies ...
Conjuntivas ...
Hálito ...
Pulso ...

4 — Observação psíquica (sublinhar o que não interessa e acrescentar o que necessário):

Estado de consciência — lúcido, confuso, com oscilações da vigília durante o exame.
Contacto com o médico — bom, mau, deficiente.
Orientação temporal — cita correctamente o dia, mês, ano, tempo de viagem.
Orientação espacial — sabe o lugar onde está, onde reside, o caminho percorrido até ter o acidente.
Conversação (sobre um tema banal, de preferência profissional) — normal, com erros, absurda.
Leitura (em voz alta) e compreensão de um texto — boa, má, deficiente.
Descrição de uma gravura — boa, má, deficiente.
Interpretação da gravura — boa, má, deficiente.
Dicção — normal, lenta, rápida, hesitante, explosiva, incompreensível, falha nas palavras-teste.
Escrita — normal, tremida, ilegível, palavras incompletas.
Cálculo simples (somar mentalmente duas parcelas com 2 números, ou envolvendo um troco de despesa até 50\$) — correcto, incorrecto, lento.

Dizer na ordem inversa 20 a 1 (tempo máximo 20 segundos) — conseguiu, não conseguiu.

Teste de Burdon (num texto com 10 linhas riscar 2 letras) — sem faltas, com algumas faltas, com muitas faltas.

Atitude geral no decorrer da observação — normal, excitação, apatia, vivacidade, lentidão, euforia, tristeza, sinceridade, falsidade, fantasia.

Ideias extravagantes, ideias deliriformes.

5 — Observação somática:

5.1 — Provas de equilíbrio:

Equilíbrio (olhos abertos e pés juntos) — bom, mau, deficiente.
Equilíbrio sobre o pé esquerdo — bom, mau, deficiente.
Equilíbrio sobre o pé direito — bom, mau, deficiente.
Sinal de Romberg — negativo, positivo.
Marcha (olhos abertos) — normal, lenta, rápida, em ziguezague, oscilante, pernas afastadas, quedas.
Marcha (olhos fechados) e percorrendo o mesmo caminho que fez com os olhos abertos — normal, lenta, em ziguezague, oscilante, pernas afastadas, quedas, não consegue orientar-se.

5.2 — Coordenação dos movimentos:

- Prova do dedo indicador no nariz — normal, anormal;
- Prova de oposição dos dedos da mão esquerda com os da mão direita — normal, anormal;
- Gestos simples (abrir uma caixa de fósforos e acender um) — bom, mau.

5.3:

Tremor dos dedos das mãos — não tem, tem, acentuado, ligeiro.
Tremor palpebral — não tem, tem.

5.4 — Provas oculares:

Reacção pupilar à luz — tem, não tem.
Reacção pupilar à acomodação — tem, não tem.
Nistagmus — não tem, tem.

5.5 — Reflexos:

Rotulianos ..	Esquerdo	Normal. Aumentado. Diminuído. Abolido.
	Direito	Normal. Aumentado. Diminuído. Abolido.
Aquilianos ..	Esquerdo	Normal. Aumentado. Diminuído. Abolido.
	Direito	Normal. Aumentado. Diminuído. Abolido.

5.6 — Sensibilidade:

Dolorosa — tem, não tem.
Táctil — tem, não tem.

6 — Juntar quaisquer outros dados que possam ter interesse para comprovar o estado do observado.

7 — Declarações do observado:

Dia ...
Hora da última refeição ... Tipo de alimentos ...
Bebidas alcoólicas ingeridas nas últimas 3 horas.
Que qualidades de bebidas alcoólicas ...
Quantidade ...
A que horas bebeu pela última vez ...
Hábitos alcoólicos anteriores ao acidente ...
Doenças que sofreu ...
Medicamentos que toma habitualmente ...

8 — Conclusões:

Pelo exame efectuado, conclui-se o seguinte:

- 1.º O observado apresentava sintomas de (intoxicação alcoólica aguda).
- 2.º O observado apresentava sintomas suspeitos de (intoxicação alcoólica aguda).
- 3.º O observado não apresentava sintomas de (intoxicação alcoólica aguda).

Assinatura do médico ...

Residência ...

~~~~~

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Decreto-Lei n.º 454/82

de 19 de Novembro

Não estando ainda concluído o processo de ratificação do Decreto-Lei n.º 224/82, de 8 de Junho, e não estando prevista para breve a sua conclusão, por razões que se prendem nomeadamente com a discussão na Assembleia da República dos diplomas complementares da Lei da Revisão Constitucional, torna-se conveniente dilatar o prazo da sua entrada em vigor.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 224/82, de 8 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 288/82, de 24 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 6.º O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Fevereiro de 1983.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Outubro de 1982. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

~~~~~

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Portaria n.º 1092/82

de 19 de Novembro

Para a gestão moderna das organizações exige-se uma capacidade de resposta rápida, apoiada numa informação segura, a problemas que lhes são postos.

Dá a importância do arquivo, não como mero depósito de documentos mas como centro activo de informações.

Importa, pois, resolver os problemas de rapidez de consulta, e mesmo de espaço, que afectam a maioria dos arquivos do Ministério do Trabalho e que resultam, fundamentalmente, do grande volume de documentação existente.

O Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de Janeiro, determina que serão fixados por portaria os prazos mínimos de conservação em arquivo dos documentos na posse dos serviços públicos. O mesmo diploma permite a microfilmagem e consequente destruição dos documentos, antes de decorridos os respectivos prazos de conservação.

Assim, o Ministério do Trabalho, quer pelas necessidades existentes, quer pelo acolhimento legal já estabelecido nesta matéria, procura encontrar, através da racionalização do processo de arquivo, soluções para uma melhor operacionalidade dos serviços.

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 29/72:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, o seguinte:

Regulamento da Conservação Arquivística do Ministério do Trabalho

1.º

(Âmbito de aplicação)

Esta portaria é aplicável a todos os serviços do Ministério do Trabalho e aos organismos autónomos dependentes do Ministério do Trabalho.

2.º

(Prazos de conservação de documentos)

1 — Os prazos mínimos de conservação de documentos são os que constam do mapa anexo e que faz parte integrante da presente portaria, ressalvado, contudo, o que estiver fixado por legislação especial.

2 — Os documentos de conservação permanente deverão, decorrido o prazo de 30 anos, ser apreciados pela Comissão Técnica de Apoio Consultivo aos Arquivos, a que se refere o § 1 do n.º 9.º da presente portaria; que avaliará os que, pela sua natureza, deverão ser conservados, designadamente os considerados de valor histórico.

3.º

(Destruição de documentos)

A destruição de documentos, nos termos da legislação aplicável, será feita por um processo mecânico ou manual e de modo a impossibilitar a sua reconstituição, lavrando-se um auto de destruição de documentos, devidamente especificado, que deverá ser autenticado pela assinatura do responsável do serviço sob selo branco.

4.º

(Formas de conservação de documentos)

1 — Os serviços do Ministério do Trabalho poderão recorrer à microfilmagem como forma de conservação de documentos.

2 — A inutilização dos originais dos documentos, conservados em microfilme, antes de decorridos os prazos constantes do mapa anexo é da competência do responsável pelo respectivo serviço.

5.º

(Documentos de interesse histórico)

1 — Os documentos considerados de interesse histórico ou singular deverão ser conservados na forma original, independentemente da respectiva microfilmagem.

2 — Em caso de dúvida no respeitante aos documentos mencionados no número anterior deverá ser consultado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), criado pelo Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto.

6.º

(Microfilmagem)

1 — A microfilmagem de documentos, bem como a garantia da inutilização destes, compete aos serviços onde funcionarem os centros de microfilmagem.